



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

16/06/2016 - Sinttel-ES

BrasilCenter terá de reintegrar teleoperadora

Doente e com sequelas de violência grave sofrida em um assalto quando saía da BrasilCenter, a teleatendente de iniciais GRO foi reintegrada às suas funções pelo juízo da 13ª Vara do Trabalho de Vitória, depois de ser demitida pela BrasilCenter Telecomunicações, uma empresa do Grupo América Movil.

Um ano após regressar do afastamento, a gerência considerou a trabalhadora inapta ao trabalho. Além de NÃO emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) que a BrasilCenter se recusou, o Sinttel ingressou com uma ação de reintegração, para que a teleatendente voltasse ao emprego.

A história de GRO é mais um entre os fatos que fazem da BrasilCenter uma empresa campeã das práticas de assédio moral contra seus/as empregados/as no setor de Call Center.

Só o Sinttel já reintegrou vários trabalhadores/as que sofreram prejuízos materiais e psicológicos causados pelas ações que beiram a vingança. Quem não se lembra da escala para engravidar, denunciada no Fantástico, da TV Globo? E do controle para ir ao banheiro?

Não se pode esquecer que a empresa não pagava o salário durante o treinamento, agora paga, porque foi obrigada pela justiça. E da grávida que foi reintegrada pelo Sinttel? E a trabalhadora que era discriminada e conquistou equiparação salarial? Sem falar, nos processos de assédio moral que ela vem perdendo devido as humilhações e constrangimentos praticados, como no caso da trabalhadora que foi obrigada a dançar funk.

O Departamento Jurídico do SINTTEL-ES sempre esteve à disposição dos/as trabalhadores/as da BrasilCenter, mesmo que eles só procurem o Sindicato após serem demitidos.

A reintegração

A decisão da Justiça saiu nesta quinta-feira, dia 15 de maio, antes da audiência que iria acontecer, por ter aceitado a "tutela antecipada" pedida pelo advogado do SINTTEL-ES, Ângelo Latorraca.

Depois do assalto, a luta para retomar a vida normal



A história de GRO começa no dia no dia 03/07/2014, após o término do trabalho, aproximadamente às 20h40min, quando foi assaltada e fortemente agredida no momento em que se dirigia ao ponto de ônibus. GRO tem sequelas, até hoje, na coluna cervical e lombar, pois foi empurrada e bateu a cabeça no meio-fio. Apesar de caracterizado o acidente de trabalho – que aconteceu no trajeto de volta para a casa -, a BrasilCenter se recusou a abrir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) e a trabalhadora não teve outra saída, senão, solicitar que o SINTTEL-ES fizesse a CAT.

A gravidade das lesões obrigou GRO ao afastamento, recebendo pelo INSS auxílio-doença acidentário (cod.91) e auxílio-doença (cod. 31) por quase dois anos, até 12 de dezembro de 2015. Após esse período, no retorno ao trabalho, a BrasilCenter não atendeu aos inúmeros pedidos de GRO para adequar suas funções as suas limitações físicas, que foram comprovadas, através de laudos médicos. Como se não bastasse, a trabalhadora ainda foi obrigada, por ordem patronal, a retirar o colar cervical durante a jornada de trabalho.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Mas as dores nos membros superiores se intensificaram. Mesmo assim, ela foi trabalhando. Seis meses depois de ter retornado do auxílio-acidente, a BrasilCenter preferiu demitir a teleoperadora, ao invés de encaminhá-la novamente para o INSS.

A BrasilCenter desconsiderou o estado de saúde de GRO, pois sabia de suas condições físicas. E mesmo assim, dispensou-a na condição de inapta em 16/05/2016.

O Departamento Jurídico do SINTTEL-ES pediu à Justiça a nulidade da dispensa e a imediata reintegração ao trabalho, em função compatível com a sua capacidade física, pagando seus salários vencidos e vencendos e todas as demais vantagens da categoria; bem como o restabelecimento do plano de saúde anteriormente concedido, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (hum mil reais). E para isso apresentou laudo ortopédico, realizado por médico especialista, datado de 14/04/2016, Boletim de Ocorrência, CAT ,

Declaração do SINTTEL-ES da emissão CAT e Comunicação de Decisão do INSS.

A decisão do juiz foi:

“ Diante de tais documentos, entendo que a dispensa foi arbitrária, tendo em vista que a teleoperadora foi dispensada quando inapta para tal. Restando demonstrada a prova inequívoca para convencimento deste juízo acerca da verossimilhança das alegações autorais, conforme o artigo 300 do Novo Código de Processo Civil e presentes os pressupostos específicos para a concessão, defiro o pedido de reintegração ao emprego. Valendo esta decisão como mandado, determino a imediata reintegração da reclamante na empresa, em função compatível com a sua capacidade laboral, mantendo-se o salário e benefícios existentes na data da dispensa, e restabelecimento do plano de saúde, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), limitada a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em favor da teleoperadora” .

DA REDAÇÃO — 16 DE JUNHO DE 2016 - Telesíntese

Oi tem novo acionista com posição relevante

Bridge, administrada por Zeca Oliveira, passou a ter 5,92% do capital social da concessionária

A Oi comunicou hoje, 16, ao mercado que tem um novo sócio com posição relevante: a carioca Bridge Administradora de Recursos. A empresa adquiriu, por meio de fundo de investimento, 31,7 milhões de ações ordinárias e 17,19 milhões de ações preferenciais. O montante equivale a 4,75% do capital votante da companhia e a 10,9% das ações PN, totalizando 5,92% do capital social da operadora.



Segundo o comunicado, a Bridge não teria intenção de interferir na gestão e composição do controle da Oi. A compra também não tem qualquer meta de participação a ser atingida. A Bridge é administrada por Zeca Oliveira, executivo que já presidiu a filial do BNY Mellon, de onde foi demitido após acusações de ter infringido normas internas do banco norte-americano. Em agosto de 2015, ele foi multado em R\$ 200 mil por aquisição irregular de créditos bancários.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

17/06/2016 - Altamiro Borges

O Estado como promotor da desigualdade

Se é verdade que o diabo mora nos detalhes, o governo interino já forneceu alguns sinais de mudança não só de rota, mas de concepção. Tirou, por exemplo, a palavra "desenvolvimento" de um de seus ministérios estratégicos, o da Indústria e Comércio Exterior, acrescido de "serviços". E em meio a uma severa crise no mercado de trabalho, nomeou para o Banco Central um economista que, refletindo uma ideia corrente em certa linha de pensamento, defende que um pouco de desemprego não é ruim para a economia. Nas medidas econômicas anunciadas pouco depois da "posse", não trouxe tanta novidade, adotando um programa de austeridade já implementado em outros países e com resultados perversos em termos sociais.

Depois da divulgação do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre, feita em 1º de junho pelo IBGE, o Ministério da Fazenda saiu a público para dizer que a "implementação intempestiva" das iniciativas anunciadas pelo governo deve iniciar o processo de recuperação da economia "nos próximos trimestres". Basicamente, o programa econômico se fundamenta em controle de gastos, ou "controle rígido e rigoroso da despesa", como afirmou o ministro Henrique Meirelles, que inclui nesse rigor setores diretamente ligados à área social, como educação e saúde.

Medidas dessa natureza levarão não só a uma recessão econômica, mas social, avalia o professor João Sicsú, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E revelam intenções e pensamentos do governo de plantão. "O Estado tem de estar mais presente em momentos de dificuldade. Aqui, a situação é invertida. O Estado se retira, e o setor privado também", aponta. "Além de não ampliar os gastos sociais, como já vinha sendo feito no governo Dilma, agora estão tentando comprimir os gastos."

Mantra

O economista e consultor Antonio Corrêa de Lacerda, professor da Pontifícia Universidade Católica

(PUC) de São Paulo, concorda. "Hoje, esse discurso da austeridade vai na contramão das experiências históricas. É nas crises que o Estado tem de gastar", afirma. Para ele, o governo Temer adotou o "mantra" do ajuste fiscal como solução para todos os problemas. E repete um erro já feito pelo ministro Joaquim Levy, no início do segundo mandato de Dilma Rousseff: fazer ajuste com a economia em baixa.

Mas é um ajuste que pega uns e não outros, observa o professor Denis Maracci Gimenez, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e diretor do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (Cesit) da mesma instituição. Com o governo interino, reduz-se, sim, o papel do Estado – nas áreas de proteção social. "E mantém muito forte onde há uma maciça transferência de recursos públicos para o setor financeiro. Esse é o arranjo."

Para ele, nenhuma das medidas anunciadas pelo governo é capaz de recuperar a economia ou garantir um sistema de proteção. Pelo contrário: "Apontam crescente fragilização de políticas públicas, num quadro de estagnação".

Se a ideia fosse de fato recuperar a economia, não se começaria por reformas da Previdência Social ou da legislação trabalhista, mas por uma discussão de uma estratégia nacional de desenvolvimento, envolvendo bancos públicos e o setor privado, na busca da recuperação do investimento.

O governo, porém, acena com reformas. O próprio ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, afirmou em entrevista à agência de notícias Reuters que depois da Previdência o objetivo é mirar na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). "Eu não sei se aprova até o final do ano, mas a ideia é aprovar as duas até o final do ano para entrar no ano novo com uma nova perspectiva", declarou.

Leia mais em:

https://www.youtube.com/watch?v=UqFp_cptXj0



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

16/06/2016 - Convergência Digital

Anatel abre consulta para revisar regras de licenciamento de antenas

A Anatel abriu nesta quinta-feira, 16/6, a consulta pública sobre exposição humana a campos eletromagnéticos. O regulamento em questão estabelece procedimentos para o licenciamento das torres de transmissão de sinal de TV e antenas de celulares. Texto completo da proposta está disponível no site da Anatel. As sugestões poderão ser feitas à Anatel pelo prazo de 30 dias.

A proposta tem como objetivo definir métodos de avaliação da exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 8,3 kHz e 300 GHz. Além disso, estabelece procedimentos a serem observados para o

licenciamento das estações transmissoras de radiocomunicação, que são as torres de transmissão de sinal de TV e antenas de celulares, além de outros equipamentos que transmitem radiofrequência.

A resolução da Anatel sobre o tema é de 2002. A proposta de regulamento faz uma revisão dessa resolução, deixando-a mais alinhada com a legislação vigente. Além disso, mantém como limites no Brasil de exposição ocupacional e da população a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos gerados por estações transmissoras de radiocomunicação os recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), conforme a Lei nº 11.934, de 2009.

16/06/2016 - Vermelho

Defensores de rigor fiscal para Dilma admitem deficit de Temer em 2017

O ministro interino do Planejamento, Dyogo Oliveira, admitiu nesta quinta (16) que o governo prevê deficit primário também em 2017. Quando era o governo da presidenta eleita Dilma Rousseff que projetava meta fiscal negativa, a grita era geral entre as mesmas forças que hoje integram a gestão de Michel Temer.

Oliveira participou de audiência pública na Comissão Mista de Orçamento, na Câmara, quando anunciou que o governo apresentará novos parâmetros macroeconômicos - como inflação, crescimento e metas fiscais - para os ajustes necessários ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2017.

Na projeção enviada anteriormente ao Congresso Nacional, a estimativa para o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) era de superávit primário zero. "Acho, com certeza, que não será possível cumprir o que estava no projeto da LDO, que era uma meta zero. Nós teremos uma meta com resultado negativo, com certeza", disse Oliveira.

O ministro destacou, também, que o governo pretende anunciar para 2017 uma meta simples, sem abati-

mentos. Segundo ele, como foi feito em 2016, este será "o caminho" também para o próximo ano.

No texto, sem alteração, que ainda está no Congresso Nacional, o governo previa abatimentos com a possibilidade de um déficit primário de até R\$ 65 bilhões (-0,96% do Produto Interno Bruto, a soma de todas as riquezas produzidas pelo país), sendo R\$ 42 bilhões em caso de queda na arrecadação e R\$ 23 bilhões para financiar gastos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Dyogo Oliveira admitiu, ainda, que a revisão do impacto do reajuste dos servidores, corrigida pelo Ministério do Planejamento, aparecerá na nova meta de 2017. "A nova meta será impactada por todas as despesas. Evidente que todas as despesas de pessoal impactam essa nova meta", afirmou.

Esta semana, o Ministério do Planejamento divulgou uma correção sobre o impacto do reajuste de servidores federais até 2018, que é de R\$ 67,7 bilhões e não de R\$ 52,9 bilhões como anunciado anteriormente. O reajuste foi aprovado no dia 2 de junho pela Câmara dos Deputados.

16/06/2016 - Telesíntese

Amélia Cohn: A ofensiva raivosa no desmonte do SUS

A luta pela defesa dos direitos sociais e trabalhistas deve encontrar uma pauta comum, transversal, com as bandeiras da seguridade social que nortearam a Constituição de 1988. E sem ilusões: na radicalização atual, essa luta vai revestir-se do que no fundo é – uma luta de classes.

Defesa do SUS-
Defesa do SUS Em

pouco mais de três décadas o SUS mostrou-se não só viável como essencial. É um pilar da garantia dos direitos sociais em contraposição ao mercado. É responsável (até hoje) por 90 a 95% das cirurgias de coração, tratamentos oncológicos e transplantes de órgãos. Realiza um milhão de internações/mês, 3,5 bilhões de atendimentos/ano, e a assistência primária cobre 60% da população com a Estratégia de Saúde da Família.

Quando a população de um município do estado mais pobre do país – Piauí – escolhe um médico cubano da ESF para carregar a tocha olímpica, não é à toa. É a homenagem à vitória de um modelo de assistência à saúde da população que deu certo e que ela reconhece como seu direito. É isso que o mercado (diga-se, seus interesses) não pode suportar. De nada adianta manter um programa afirmando que será reforçada a presença de médicos autóctones na estrutura de atendimento se esses médicos são e continuam sendo formados para o mercado. É falaciosa a argumentação de que os médicos nacionais estão defendendo condições estruturais para sua atuação profissional, por isso não se dispõem a ir prestar serviços nos rincões mais pobres do país, se são esses mesmos médicos que têm interesses estreitos com o setor privado de prestação de serviços, diretos ou indiretos.



Se os avanços são de grande monta na construção do SUS apesar das forças contrárias a ela, os problemas para se dar conta de forma satisfatória da situação de saúde da população brasileira também não são desprezíveis. Isso não significa que o SUS fracassou. Ao contrário, significa que ele é vitorioso, e que os quadros e

segmentos da sociedade que o defendem são conscientes dos avanços e aperfeiçoamentos necessários.

Também ficar somente denunciando os avanços gulosos e indiscriminados contra o SUS nesse governo interino e ilegítimo não é suficiente. Porque o desmonte que ele está promovendo não é só material (fixação do financiamento do governo federal, sem levar em conta o crescimento da população e o comportamento da sua curva etária, a presença de novas epidemias, as famigeradas parcerias público/privado, que de público não têm nada, etc), mas é sobretudo o desmonte da essência do SUS, do que o moveu e o segue movendo: o ideário da justiça social, do direito à saúde, da equidade, e do seu caráter civilizatório.

E nesse ponto a presença dos médicos cubanos tem sido uma lição exemplar de como o conteúdo social da implementação do SUS via ESF é importante, não só para mudar o modelo de atenção até então vigente, mas sobretudo para imprimir um outro tipo de relação da sociedade com os serviços públicos: uma relação marcada pelo reconhecimento do outro, pelo respeito ao outro.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/282428-1>